



PERNAMBUCO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PORTALMATA SUL
DIVIDA FLUTUANTE
Exercício 2019

EM R\$ 1,00

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Restos a pagar (Subtotal)	292.728,40	339.914,34	228.602,19	64.126,21	-	-	339.914,34
Processados							
Subtotal dos RPP	292.728,40	339.914,34	228.602,19	64.126,21	-	-	339.914,34
FORNECEDOR RESTOS A PAGAR 2018	232.900,26		228.602,19	4.298,07			0,00
FORNECEDOR RESTOS A PAGAR 2017	37.887,62			37.887,62			-
FORNECEDOR RESTOS A PAGAR 2016	21.940,52			21.940,52			-
FORNECEDOR RESTOS A PAGAR 2019		339.914,34					339.914,34
Não processados							-
Subtotal dos RPNP	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos (Subtotal)	1.419.148,87	1.828.074,70	1.647.293,73	-	-	-	1.599.929,84
INSS CONTRIBUICAO SERVIDOR	57.506,08	166.028,61	223.534,69				-
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	971.971,60	1.248.439,20	1.053.494,20				1.166.916,60
ISS	389.671,19	410.811,84	367.569,83				432.913,20
RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VAN		2.795,05	2.695,01				100,04



**NOTAS EXPLICATIVAS
(DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE, ANEXO 17 DA LEI Nº 4.320/64 -
MCASP)**

a)INFORMAÇÕES GERAIS:

NOME DA ENTIDADE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA MATA SUL

CNPJ: 18.538.240/0001-00

DOMICÍLIO DA ENTIDADE: FAZENDA SERRA DAGUA,271, ZONA RURAL, CEP: 55.570-000 - R. FORMOSO

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE:

O consórcio intermunicipal Portal da Mata Sul , concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 121-0 – Consórcio Público de Direito Público (A ssociação Pública), possui atividade principal Atividade de Associações de defesa de direitos sociais. A execução Orçamentária durante o exercício de 2019 tomou como base a Resolução Nº 066/2018, aprovada em Assembleia. Os recursos financeiros são derivados dos repasses recebidos através dos entres consorciados em forma de contrato de rateio, convênio de Cooperação e aplicação financeira.

DADOS DO GESTOR:

NOME: ISABEL CRISTINA ARAÚJO HACKER

CARGO: PRESIDENTA

PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2019 - 31/12/19

DADOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO:

NOME: MIGUEL GOMES DE FREITAS

CARGO: SECRETÁRIO EXECUTIVO

PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2019 - 31/12/19

DADOS DO CONTADOR:

NOME: MARIA JOSÉ DE LIRA

CRC/PE: 9621

E-MAIL: mjliracontabil@gmail.com

b)RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1.DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADES COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS:

Esta demonstração contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6.

b.2.ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCASP E NBC T 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

O presente demonstrativo atende as exigências do Índice de Consistência Contábil do Tribunal de Contas de Pernambuco. A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período. Este demonstrativo compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. Essas obrigações independem de autorização orçamentária por serem decorrentes de operações extra orçamentárias ou por já terem passado por um orçamento em exercício anterior. O registro dos restos a pagar, são feitos por exercício, apontando-se os processados e os não processados.

O Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta consistência entre as contas analíticas e sintéticas dos grupos de contas.



b.3.BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

A elaboração da Demonstração da Dívida Flutuante foi utilizada o regime misto nas operações orçamentária conforme o art. 35 da Lei Nº 4.320/64 e MBCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.

b.4.NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas.

b.5.JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa para esse demonstrativo.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

c.1)Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há informações desta natureza.

c.2) Divulgações não financeiras:

Não há informações desta natureza.

c.3) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações desta natureza.

c.4) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há informações desta natureza.

d) Saldo significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa não disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

e) Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem caixa:

Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.

f) Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como retidas no momento da liquidação dos empenhos, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

g) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM REFERÊNCIAS CRUZADAS NO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

g.1) Restos a Pagar Processados:

O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 292.728,40. Houve inscrição no total de R\$ 339.914,34, pagamentos no valor de R\$ 228.602,19 e cancelamento no exercício de R\$ 64.126,21. Restando, portanto, um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 339.914,34.

g.2) Restos a Pagar não Processados:

O saldo anterior dos restos a pagar não processado foi de R\$ 0,00.

g.3) Depósitos e Consignações:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 1.419.148,87. Houve inscrição no total de R\$ 1.828.074,70, pagamentos no valor de R\$ 1.647.293,73 e não houve cancelamento no exercício. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 1.599.929,84.